

A ação extensionista da CEAHS no P.A Ouro Branco/RN: Estudo sobre a atuação da Ong no desenvolvimento desse espaço rural

JULIE IDALIA ARAUJO MACEDO

Graduanda em Ciências Sociais - UFRN.

Bolsista de Iniciação Científica. CNPQ

juliidalia@yahoo.com.br

Orientadora prof^a Dr^a Irene Alves de Paiva

Departamento de Ciências Sociais – UFRN

irenealvesp@gmail.com

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo entender a participação Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza – CEAHS, enquanto ONG prestadora de assistência técnica que atua Projeto de Assentamento (PA) Ouro Branco/RN, buscando compreender suas ações nessa comunidade e analisando o diálogo que se estabelece com os assentados. Para tanto destacaremos, a definição de ONG, a inserção e atuação dessas organizações no espaço rural brasileiro e a participação da CEAHS no desenvolvimento do PA Ouro Branco. Este trabalho utilizou de metodologia qualitativa de coleta de dados junto ao PA e a CEAHS e também recorreu as contribuições de Gohn (1997 e 2007), Martins (2003), Sherer-warren (1993) Freire(2005) Bordenave (1994). Ao final, apontamos a importância e necessidade da assistência técnica e assentados estabelecerem um diálogo direto, do processo de desenvolvimento e de consolidação do assentamento rural com a finalidade de alcançar o desenvolvimento econômico local. desse espaço rural.

Palavras – chaves: Assentamento rural. Extensão rural. ONG. Desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

Não é nenhuma novidade afirmar que a estrutura fundiária brasileira é historicamente caracterizada pelo predomínio de grandes propriedades nas mãos de poucos. Uma vez, que essa característica teve origem em nosso passado colonial e até hoje a desigual distribuição de terras gera conflitos cada vez mais violentos e generalizados. Durante todos esses anos existiu uma diversidade de atores sociais envolvidos em maior ou menor proporção nos movimentos de luta pela terra.

Semelhante ao que ocorreu no Brasil, a estrutura fundiária do Estado do Rio Grande do Norte apresenta um alto grau de concentração, principalmente em decorrência das primeiras atividades econômicas do Estado (canaveira, algodoeira e pecuária) que privilegiaram a reprodução do latifúndio.

Nesse contexto estadual o Território da Cidadania Mato Grande¹, localizado na porção Nordeste do Estado, apresenta-se com grande relevância para os estudos acadêmicos, visto que é a região de maior concentração de Projetos de Assentamentos (PA's) do Estado e constitui-se enquanto um cenário aparentemente politizado.

No decorrer do processo de implantação e consolidação dos PA's é indispensável estabelecer uma estratégia dialógica de comunicação entre as famílias beneficiadas e os atores sociais externos em busca de parcerias para o enfrentamento de parte dos problemas e promoção do desenvolvimento local.

Assim, consta na obra de Bergamasco & Norder (1996),

após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas.

Tem-se buscado escritórios de prestação de serviços, cooperativas e ONG's, que passaram a se inserir no espaço rural, com maior visibilidade do que nos períodos anteriores em decorrência da sua capacidade e especialização técnica, que ao articular um conjunto de conhecimentos e procedimentos metodológicos tornam-se indispensáveis para permitir que as famílias assentadas tivessem acesso a

¹ Os Territórios da Cidadania constituem um programa do Governo Federal com abrangência nacional que busca fortalecer e integrar as ações e o desenvolvimento rural na perceptiva territorial.

políticas e programas governamentais

Diante desse levantamento, tem-se a seguinte problemática: Como pode ser compreendido o diálogo entre o assentamento rural e sua prestadora de assistência técnica? Para responder a essa questão, utilizou-se de metodologia qualitativa, por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas, para analisar o discurso do presidente da associação e dos assentados de Ouro Branco, assentamento localizado em São Miguel do Gostoso e de representante do Centro de Estudos e Assessoria Herbert de Souza – CEAHS prestadora de assistência técnica desse PA, para conhecer qual a concepção de desenvolvimento ambos possui e como se processam as ações desses atores em âmbito local.

Uma vez que tem-se constatado que nos PA's a assistência técnica, normalmente prestada por órgãos governamentais como a EMATER ou Organizações não-governamentais ONG's, se apresenta como uma importante estratégia de integração para a consolidação e sobrevivência dos assentamentos. Busca-se um trabalho de forma democrática e participativa, em articulação com diversos atores envolvidos. Neste plano, os atores envolvidos no processo de implantação de assentamentos têm buscado, ainda que lentamente, inserir perspectivas de sustentabilidade durante suas ações de intervenção, através da participação dos assentados no planejamento.

Os assentamentos rurais não representam um fim em si mesmos, mas antes de tudo, consiste em mais uma etapa do processo de territorialidade que se concluirá com a valorização e manutenção da identidade camponesa num processo simultâneo de resistência e solidariedade. Ou seja, conforme Medeiros e Leite (2004), o assentamento pode ser visto sob a ótica do ponto de chegada, como resultado das lutas, e, como ponto de partida, pela (re) conquista de valores dentro de uma nova realidade.

A motivação em estudar a temática relacionada à questão agrária ocorreu no decorrer do curso de graduação em Ciências Sociais /UFRN quando através da inserção no Grupo de Estudos de Práticas Educativas em Movimento – GEPEM, na condição de bolsista de Iniciação Científica do CNPQ, tive a oportunidade de realizar visitas aos assentamentos, e percebi que muitos assentados consideravam o papel da assistência técnica como primordial para execução de projetos coletivos e do

próprio desenvolvimento local.

Desse modo este artigo é um recorte da pesquisa de monografia de conclusão de curso, na qual realizei um estudo de caso acerca da relação estabelecida entre um assentamento rural do Território do Mato Grande e a organização não governamental responsável pela extensão rural.

2. Uma possível definição de ONG

O termo ONG, segundo Sherer-Warren (1993) está conceitualmente associado a organizações formais que dispõem de certa institucionalidade, sendo compreendidas como entidades privadas, autogovernadas com estatuto e regras próprias, o que as distingue institucionalmente do Estado. Entretanto, possuem finalidade pública, podendo contar com alguma participação voluntária em seus quadros. Podem ainda ser definidas quanto aos seus objetivos como organizações que se propõe a:

realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global) (SHERERWARREN, 1993, p.165).

As primeiras ONGs no Brasil serão resultantes da atuação, ainda durante o período militar, de entidades pioneiras cuja categoria “popular” estava presente enquanto identidade, formadas basicamente por pessoas ligadas à Igreja e, ideologicamente à corrente de oposição à ditadura militar, que genericamente podem ser identificadas à esquerda do espectro político. Os centros populares vão gradativamente superando o assistencialismo cristão e fazendo a opção pelo ativismo político. Isso ocorre já na segunda metade da década de 1970, quando passam a fazer parte de seus quadros, profissionais cujas trajetórias não estavam exclusivamente coladas à instituição Igreja.

Desse modo, vão ganhando progressivamente espaço nessas organizações, ativistas de esquerda, marxistas, acadêmicos e ex-exilados políticos que após ter contatos e experiências com agências financiadoras na época do exílio, garantem maior legitimidade, conhecimento e facilidade para fazer as intermediações com as

financiadoras. A partir de então se iniciam os primeiros passos na direção da construção da nomeação ONG. No entanto, nesse momento ainda não havia o reconhecimento do termo ONG para identificar um conjunto de entidades com características próprias, já que não existia a representação de pertencimento a esse universo institucional particular. Segundo Landim (1993, p.222), as ONG's não nascem ONG's, "eram, na sua quase totalidade, instituições de forte relação com as Igrejas, fundamentalmente a católica, dedicando-se a trabalhos de fundo assistencial e pedagógico ao nível de as ONG's que fazem mediação o espaço rural brasileiro se originaram em grande parte, das organizações de assessoria aos trabalhadores rurais e aos movimentos sociais no campo.

Com a crise econômica, política e ambiental do modelo de Revolução Verde nos anos 60 - 70, o insucesso do estado desenvolvimentista na década de 1980 e o avanço do neoliberalismo nos anos 1990, o modelo institucional e técnico da extensão brasileiro entrou em crise; conseqüentemente, o papel da intervenção da Assistência Técnica e Extensão Rural também sofreram mudanças e as ONG's ganharam destaque em vários setores da sociedade.

3. A ATUAÇÃO DAS ONG'S NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

As ONGs que fazem a mediação no espaço rural brasileiro se originaram, em grande parte, das organizações de assessoria aos trabalhadores rurais e aos movimentos sociais no campo, criadas em sua maioria na década de 1980, advindas de grupos nascidos dentro das pastorais da Igreja Católica e Protestante, influenciadas por setores progressistas como as CEBs e a CPT. Para Gohn (1997, p.143) "a pedagogia da igreja teve grande sucesso no meio popular porque, a princípio, soube respeitar o modo de raciocinar do camponês, sua visão de mundo e forma de se expressar, valorizando sua fala, suas canções, poesias, sua cultura em síntese". Tais organizações, que mais tarde surgirão sob a denominação de ONGs de desenvolvimento rural, se dedicarão a temática do desenvolvimento se colocando a serviço de setores da sociedade que estiveram historicamente à margem da modernização no meio rural.

Pode-se verificar o fortalecimento de instituições que alguns autores denominaram de terceiro setor, no qual a ONG é a forma jurídica dominante destas

organizações. Nos anos 90 esse novo cenário marcado por profundas alterações na economia, nas políticas públicas e na forma do Estado se relacionar com a sociedade civil. Essa nova forma de relação Estado–sociedade, reconhece como legítima a existência de um espaço ocupado por uma série de instituições situadas entre o mercado e o Estado, exercendo o papel de mediação entre coletivos de indivíduos organizados e as instituições do sistema governamental” (Gohn, 2007, 301).

O papel das ONGs no processo da relação Estado sociedade organizada, assume uma característica de instrumentos de mediação, ou seja, são as ONGs que no Brasil fazem a mediação entre aqueles coletivos organizados e o sistema de poder governamental, como também entre grupos privados e instituições governamentais(Gohn, 2007). Ou seja, “Uma nova institucionalidade se esboçou a partir desta visão de mundo, na qual se observa a reformulação da concepção de esfera pública e do que lhe pertence, Isto resultou na construção de uma nova esfera, ou subsfera, entre o público e o privado, que é o público não estatal, e no surgimento de uma ponte de articulação entre estas duas esferas, dadas pelas políticas de parcerias”. (Gohn, 2007, p. 301). As ONGs geralmente priorizam a aplicação de diagnósticos participativos e e buscando envolvê-la a população durante todo o processo de intervenção. Por isso, e por outros motivos, as ONGs são aludidas como fontes interlocutoras capazes de “dar voz” àqueles que não têm voz.

Nesse processo de mediação, em que o conhecimento, as necessidades e os desejos da população assentada são considerados, o conhecimento científico dos técnicos passa a desempenhar um papel auxiliar na apreensão e explicação da realidade, passa a ser considerado uma das ferramentas para mudança , porém não a única condição necessária.

4. CONHECENDO O CENÁRIO DA PESQUISA

4.1 PROJETO DE ASSENTAMENTO (PA) OURO BRANCO

O assentamento Ouro Branco, está localizado no município de São Miguel do Gostoso/RN, que por sua vez fica a cerca de 120 km de Natal, situado na Zona

Litoral do Norte. Banhado pelo Oceano Atlântico, o município conta com belas praias e lagoas em seu interior.

Este assentamento não teve uma história de lutas e conflitos, sua origem foi pacífica. Alguns dos assentados moravam numa comunidade vizinha chamada “Baixo”, mas já trabalhavam há alguns anos nas terras da fazenda que hoje é o assentamento que por sua vez estavam abandonadas pelo antigo proprietário. Por volta do ano de 2000 o INCRA comprou as terras e conferiu a posse do lugar aos assentados. O cadastro das famílias foi feito pelo Sindicato Rural de São Miguel do Gostoso/RN que mediu todo o processo de ocupação e construção do Projeto.

A implementação do assentamento ocorreu com a participação das famílias, as quais já possuía uma experiência de organização coletiva, o que facilitou o início da construção social de uma nova realidade para elas. Com a ajuda das famílias foi possível traçar as transformações que ocorreram nas áreas agrícolas objetivando entender, em parte, a dinâmica deste assentamento.

O Assentamento Ouro Branco foi planejado para assentar 23 famílias, apenas duas dessas desistiram, atualmente residem 21 famílias. Dessas 17 foram entrevistadas no momento da visita de nossa equipe, número que representa 81% das famílias assentadas.

O assentamento é composto de uma agrovila (, por uma reserva ambiental, pelos lotes individuais de trabalho e por uma área de utilização coletiva. Todas as moradias do assentamento seguem o mesmo padrão, foram adquiridas a partir da aquisição do Crédito de Instalação e construídas a partir de um projeto arquitetônico em comum, estão organizadas numa agrovila, dispostas em duas fileiras, há aproximadamente 02 km dos lotes.

As casas são de alvenaria e contam com pelo menos 2 quartos, sala, cozinha e banheiro. Alguns moradores já fizeram pequenas reformas incluindo “puxados” que funcionam como áreas de serviço, tanto para o trabalho doméstico como para tratamento da produção. Todas as casas do assentamento Ouro Branco são abastecidas com energia elétrica da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN e o abastecimento de água provem de um poço artesiano localizado próximo às casas. A comunidade conta ainda, com uma motobomba que distribui a água para as casas: a água retirada desse poço é armazenada em uma caixa de

água central e de lá é bombeada para as casas, onde são armazenadas em cisternas. Outra forma de armazenamento de água se dá através das cisternas que captam as águas das chuvas.

A principal fonte de renda das famílias é o trabalho agrícola de subsistência, praticado por 88% dos assentados, nos lotes individuais, cuja produção é voltada prioritariamente para o consumo interno da família cujo excedente costuma ser vendido.

Os programas sociais são a segunda maior fonte de renda para os assentados de Ouro Branco e correspondem em praticamente todos os casos ao “Bolsa Família” do governo federal acessado pelas famílias de menor renda: 05 das 08 que recebem têm renda menor de ½ salário mínimo.

4.2 CENTRO DE EDUCAÇÃO E ASSESSORIA HERBERT DE SOUZA – CEAHS

O Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza – *CEAHS* vem realizando desde 1998 um trabalho de assessoria em áreas de assentamentos de Reforma Agrária e comunidades rurais. Defini-se como Organização Não-Governamental (ONG), sendo filiada a Associação Brasileira de ONGs (ABONG).

Sua origem se deu por meio de um grupo de intelectuais oriundos do Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal (SAR), herdeira, de uma larga experiência de trabalho no mundo rural, e que iniciaram um trabalho autônomo, já que naquele momento não era possível permanecer na Igreja católica, decidiram continuar a ação independente.

O grupo que deu origem ao CEAHS, participava do Projeto Ação e Cidadania Contra a Miséria e pela Vida, coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza e devido a grande experiência nos trabalhos em espaços rurais optaram por continuar a desenvolver ações no campo.

O CEAHS prioriza a educação popular como instrumento para a cidadania dos trabalhadores. Para tanto a educação política cidadã é principal garantia da eficácia de toda ação, seja no campo do desenvolvimento sustentável, de novas relações de gênero e geração de renda, agricultura familiar, economia solidária e segurança alimentar;

Essa ONG enfatiza sua ação no eixo da participação ativa o fortalecimento e a autonomia de atores organizados na sociedade civil, o acesso a políticas públicas e o desenvolvimento sustentável local.

5. A PARTICIPAÇÃO DA CEAHS NO PA OURO BRANCO

Os assentamentos rurais podem ser inicialmente definidos como novas unidades de produção que, no nível local ou regional, reordenam, em vários sentidos, o sistema de propriedade e uso das terras, estabelecem outros padrões sociais de produção agrícola e, por vezes, criam novas dinâmicas econômicas e sociais (BERGAMASCO; NORDER, 1996, MEDEIROS et al., 2002, MARTINS, 2003). Resultam, ao mesmo tempo, das lutas e dos conflitos desencadeados pelos agricultores e trabalhadores rurais, por meio de suas organizações e movimentos, e das políticas e iniciativas governamentais que buscam acomodar as demandas desses movimentos sociais e normatizar regras de acesso à terra (MEDEIROS, 2002).

O assentamento era visto como um local para produzir, para conquistar a estabilidade da família e melhorar as condições de vida, principalmente em relação à saúde, ao meio ambiente, à educação e à segurança dos filhos, um espaço próprio para exercer a participação social e política. Mais do que um pedaço de terra, os assentados esperavam obter em Ouro Branco moradia, trabalho e segurança.

Tomando como ponto de partida as palavras de um grande educador, o Homem chega a ser sujeito uma reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto (FREIRE, 2005, p.39). Percebe-se o quanto é indispensável a presença o outro na formação dos vários setores da sociedade. Nesse sentido o diálogo assume um lugar imprescindível nas relações sociais. O diálogo, no sentido freiriano, consiste no exercício de troca mútua entre iguais em que os sujeitos envolvidos, mesmo em se ditarem de seus valores e crenças, passaram a compreender o outro, segundo a visão do outro, o que lhe permite assumir outras posturas e troca de experiências, ao mesmo tempo que favorece a construção coletiva. Dessa forma o diálogo é uma ferramenta de comunicação, expressão do pensamento e reflexão, entre sujeitos, sobre si, sobre o mundo e que permite a sociabilidade dos mesmos

(FREIRE,2005). Na teoria de Paulo Freire, o conceito de dialogicidade se constitui enquanto elemento fundamental à participação.

Para que a participação seja estimulada entre os assentados é necessário um cenário favorável. A partir da presença de vários atores sociais capacitados a orientar o processo, desenvolvessem possibilidades para que as famílias busquem alternativas objetivas e subjetivas. A pratica participativa é experimentada no cotidiano e reforçada a partir das experiencias positivas. O contrário, esvazia-se de sentido, do participação identificada como algo irreal e que não se aplica a realidade. e o projeto comunitário não for condizente com as expectativas e interesses dos assentados, podem ocorrer novas migrações, a exemplo da desistência de algumas famílias ao longo da ocupação. No entanto, a diversidade sócio-cultural existente no grupo pode indicar flexibilidade, capacidade inventiva e de adaptação na busca por melhores condições de vida.

No caso específico do PA Ouro Branco, este há três anos recebe serviços de assessoria do Centro de Estudos e Assessoria Herbert de Souza – CEAHS, com sede na cidade de Natal/RN. Em relação aos projetos produtivos, os assentados estão implementaram em 2008 um projeto de plantação de cajueiros, nos lotes individuais. Também tentam pleitear um projeto de irrigação dos lotes individuais, que pretende retirar água do poço da antiga fazenda, atualmente desativado. No início do assentamento receberam um projeto para criação de vacas onde cada família recebia uma matriz.

Na linha de argumentação de Bordenave (1994), a participação seria uma habilidade que deve ser aprendida e aperfeiçoada através da prática e da reflexão em termos de aprendizado político, e constatamos na fala o presidente da associação discurso que aponta antíteses n compreensão da autoridade do líder que seriam elementos para participação política.

O presidente da associação PA Ouro Branco demonstra em sua fala, a tentativa de conciliar aspectos autoritários e nuances participativas:

Olhe tudo hoje tem que ser em reuniões, aqui o que eu faço na presidência é tudo comunicado com o povo, chego reúno, se vai fazer uma coisa a gente comunica tudo em direitinho, pode não ter previsto de dizer não o presidente fez isso(...) eu sou o presidente, mas, não sou o dono do povo, tudo tem que ser combinado com o povo.(Grifos nossos)

Ele impõe sua autoridade também quando trata da participação de mulheres na diretoria da associação,

(...) tem umas cinco ou seis, eu butei. Minha mulher é secretaria, a presidente do conselho fiscal é mulher, eu butei... eu butei (...) olha tem mais mulher que homem!(...) (Grifos nossos)

Quando relata sobre a criação do grupo de jovens no PA, o presidente ressalta:

“(...) quem fundou o grupo de jovens aqui fui eu que fiz, fui eu (...) agora eu reuni minhas filhas e fizemos um grupo de jovens (...) eu sempre reúno pra botar pra frente” (Grifos nossos)

O presidente reconhece, a importância do papel das discussões na elaboração de caminhos comuns entre os associados. Quando perguntamos sobre os conflitos da associação ele responde,

em reunião você sabe que existe debate. E é bom por isso! Que na reunião a gente debatendo, sempre chega a um denominador comum. Sempre chega a realidade. Olhe hoje em dia tem que ter debate, porque se não tiver não vai para frente. Não é verdade. (Grifos nossos)

De acordo com dados coletados, inicialmente a EMATER prestava assistência técnica ao assentamento, mas há três anos a organização que realiza o serviço é o Centro de Estudos e Assessoria Herbert de Souza – CEAHS, com sede na cidade de Natal/RN. O presidente da associação demonstrou bastante insatisfação em falar sobre a prestação de assistência técnica no assentamento, e afirmou que a CEAHS não tem atendido às expectativas dos assentados.

Em contrapartida o técnico agrícola da CEAHS tem uma visão ambivalente do papel do presidente a para o desenvolvimento do assentamento,

Um grande problema as vezes, por exemplo, que os assentamentos tem um sistema de organização que o chefe lá é o presidente, as vezes isso dificulta, esses presidentes centraliza as coisas. Toda comunidade espera por uma pessoa só, um presidente mais articulado que se organiza melhor e se reúne frequentemente com as famílias e as famílias realmente façam parte desse processo elas tem uma noção melhor dentro desse aspecto da organização. (Grifos nossos)

O processo organizativo enfrenta o desafio de convergir esta diversidade no

sentido de construir um projeto econômico-social coletivo que viabilizasse o assentamento sem negar as tradições e costumes da comunidade e em particular as aspirações de cada assentado. Pensar e desenvolver este projeto passa, necessariamente, pelo reconhecimento e pela compreensão do sentido que os assentados atribuem à cooperação, já que esta é a forma organizativa preconizada .

Quando questionamos a relação da ONG com as aspirações e expectativas dos assentados, o técnico afirma:

Olha a gente tem sempre procurado ter como base a visão de Paulo Freire que a para ve trabalha com agricultores e agricultoras familiares se ve descer ao mesmo nível deles na e que você esteja em nível superior, u que eles estejam em infrir não é isso. é uma relação de igualdade horizontal não tem doutor , doutora, não tem isso; tem sujeitos querendo trocar informações.(Grifos nossos)

Questão central neste desafio é o construir relações sociais em torno da pequena produção familiar resgatando o princípio educativo do trabalho, agora organizado de modo cooperado. Nesse momento entra em cena o dialogo do técnico da CEAHS,

A questão do dialogo É um processo inteiro que a gente tem procurado desenvolver, até porque quem enveredou por essa área como assistente social, engenheiro agrônomo , ou técnico agropecuário ele sabe qual é a realidade do povo para poder trabalhar não da para se sentir como o dono do conhecimento ou se igualar as pessoas do campo no mesmo nível para trocar experiencias ou ele não consegue fazer o trabalho.(Grifos nossos)

A assistência técnica acaba por amarrar-se nesta estrutura de elaboração e viabilização de projetos para angariar recursos, tornando-se insuficiente para atender as demandas. os grupos trabalham nos assentamentos executando atividades de elaboração de planos de desenvolvimento ou recuperação de projetos de assentamento, extensão rural e capacitação continuada.

Percebe-se que os assentamentos rurais combinam uma gestão comunitária dos recursos que dizem respeito, por exemplo, maquinário e recursos financeiros ao mesmo tempo que a cultura é realizada em lotes individuais, ficando o trabalho de assessoria sob a competência de agentes externos que em alguns casos não correspondem as expectativas. Torna-se imprescindível compartilhar experiências e

aperfeiçoar o aprendizado participativo, uma vez que o desenvolvimento é processo permanente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível perceber que há um certo desejo de mudança por parte dos assentados, o que não se vê concretizado de forma expressiva nas ações práticas. Assim, a investigação possibilitou que se visualizasse a necessidade da participação seja dos próprios assentados ou dos agentes externos em prol do desenvolvimento do espaço rural.

Dentre os muitos fatores que interferem na concretização de projetos ou mesmo do trabalho de assessoria, ou seja, na passagem das propostas para a prática cotidiana dos agricultores assentados, seriam: falta de recursos, que normalmente são interrompidos; um relacionamento mais direto e dialogado entre as partes envolvidas; um trabalho intensivo por parte das assessorias para de conscientização dos assentados a respeito de direitos e deveres.

Observa-se que os assentados vem trabalhando em culturas destinadas basicamente ao consumo, pois nas culturas que envolvem mercado, ainda existem deficiências na produção de um volume mais significativa de produtos.

Neste sentido, há que se salientar a importância de relações mais próximas entre técnicos e assentados. Um trabalho de formação contínua que envolva e estimule a participação estabelecendo um dialogo são essenciais. O agricultor tem que se sentir valorizado, de modo que libere sua criatividade e iniciativas, construindo conhecimentos a partir de experimentações em seu lote.

7. REFERENCIAS

ARAÚJO, Severina G. de. **Assentamentos rurais: trajetória dos trabalhadores assentados e cultura política**. Natal: EDUFRN, 2005.

BERGAMASCO, SONIA M.P.P.; NORDER, LUÍS A.C. **O que são os assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005,

GOHN, M. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. ***Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização.*** São Paulo: Cortez, 1997.

LANDIM, L. (1993). **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da UFRJ. **Rio de Janeiro: MN/UFRJ.**

LEITE, Sérgio, HEREDIA, Beatriz, MEDEIROS, L. S. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Ed. UNESP/NEAD/INCRA/MDA, São Paulo, 2004.

MARTINS, J. S. **exclusão e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **Reforma agrária $\frac{3}{4}$ o impossível diálogo,** São Paulo, Edusp, 2000,

_____. ***O Poder do Atraso:*** Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1999

MEDEIROS, L. S. de & LEITE, Sérgio (orgs.). **Assentamentos rurais:** mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro, Mauad Ed., 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 1993.